



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2012

Processo Administrativo nº 11/10/45110

**Interessado:** SME – Secretaria Municipal de Educação

**Objeto do Convênio:** Execução de Programas complementares de **Educação Especial** a serem desenvolvidos pela Entidade conforme Proposta Pedagógica e em consonância com as diretrizes da SME, no tocante ao Serviço de Acolhimento Institucional e Comunitário – Abrigo.

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, doravante simplesmente denominado SME (Secretaria Municipal de Educação), devidamente representado neste ato e, de outro, a Entidade **ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ – “GUARDINHA” - (CONVÍVIO APARECIDA UNDADE I)** - doravante denominada ENTIDADE, reconhecida como Órgão de Utilidade Pública Municipal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ/MF sob nº. 46.072.666/0001-56, registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – sob o nº 010, e no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS sob o nº 13 com sede na Av. Das Amoreiras, 165 Parque Itália, CEP 13036-225, Campinas, representada por sua Presidente Maria Helena Novaes Rodriguez, portador da cédula de identidade sob nº 3.457.758-0, inscrito no CPF/MF sob nº 395.722.348-20, tem certo e ajustado, de acordo com as disposições Lei Municipal 10.869 de 29/06/01 e da Lei Municipal 11.279 de 19/06/02, regulamentadas pelo Decreto Municipal 13.673 de 26/07/01, alterada pela Lei Municipal 13.642 de 24/07/09 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 – LDBN -, conforme as seguintes cláusulas:

### PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente convênio tem por objeto, mediante a conjugação de esforços mútuos entre os partícipes, a cooperação financeira com o repasse de recursos da dotação orçamentária para execução de PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL apoiados pela SME (Secretaria Municipal de Educação) a serem desenvolvidos pela ENTIDADE nele localizada, conforme os recursos educacionais e estratégias de apoio, colocadas à disposição das crianças e adolescentes abrigados proporcionando alternativas de atendimento, conforme as necessidades de cada um, em consonância com a Política Pública da SME no Paradigma de Educação Inclusiva no contexto do serviço de acolhimento institucional e comunitário - atendimento domiciliar - abrigo.

#### 1.1.1. Atendimento Domiciliar - Serviço de acolhimento institucional e comunitário – Abrigo.

O atendimento às crianças nas Unidades do “Convívio Aparecida”, é integral e inclui cuidados totais com moradia, alimentação, saúde, educação, transporte, segurança, lazer entre outros. Oferece abrigo



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

e proteção, por tempo limitado, a crianças e adolescentes com ou sem deficiência abandonados, perdidos, negligenciados pelos seus familiares ou responsáveis, vitimizados por abuso e violência, dentre outras situações, através de encaminhamento do poder judiciário; No intuito de preservar os vínculos afetivos entre os irmãos e ainda atender parcialmente as mais recentes normativas relativas aos acolhimentos, com destaque para a lei de adoção nº 12010/09, o Plano nacional de garantia de Direitos de crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

É uma unidade com características residenciais, que atende crianças e adolescentes e cuidando da preservação dos seus vínculos familiares.

Considerando ainda:

- Que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante atenção especial à família, à criança e ao adolescente, como especificam os Artigos 203, 226 e 227;
- Que a Lei n.º 8742 de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - garante o direito de cidadania, assegurando a participação a todos que dela necessitam, através de seus Artigos 1º, 2º, 4º e 5º, (inciso II);
- Estatuto da Criança e Adolescente -ECA- no Artigo 90 em seu § 2º lê-se: Os recursos destinados a implementação e manutenção dos programas relacionados neste artigo, serão previstas nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos encarregados das áreas da Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e Adolescente preconizada no caput do artigo 227 da Constituição federal e pelo caput e §U do artigo 4º desta Lei (Incluído pela Lei nº 12.010 de 2009).
- Resolução CMDCA nº 04/98,
- Resolução Nº 27/03 de 16 /07/2003 - Regulamenta os Programas de Abrigamento no Município de Campinas e o Processo de Adequação dos Abrigos aos Princípios Legais das Medidas de Proteção de Caráter Provisório e Excepcional, em seu Artigo 5º onde se lê: Todo abrigo deverá desenvolver um conjunto articulado de ações voltadas à inclusão e participação de crianças e adolescentes e suas famílias em uma rede de proteção, garantindo a intersetorialidade e a interdisciplinaridade entre os programas de saúde, educação, arte, cultura e lazer, habitação e assistência social, onde se lê: \*que todo abrigo deverá desenvolver ainda um conjunto articulado de ações voltadas à inclusão e participação de crianças e adolescentes e suas famílias em uma rede de proteção:
- Resolução CMDCA nº 04/98,
- Resolução Nº 27/03 de 16 /07/2003-Regulamenta os Programas de Abrigamento no Município de Campinas e o Processo de Adequação dos Abrigos aos Princípios Legais das Medidas de Proteção de Caráter Provisório e Excepcional. Em seu Artigo 5º lê-se - Todo abrigo deverá desenvolver um conjunto articulado de ações voltadas à inclusão e participação de crianças e adolescentes e suas famílias em uma rede de proteção, garantindo a intersetorialidade e a interdisciplinaridade entre os programas de saúde, educação, arte, cultura e lazer, habitação e



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

assistência social, onde se lê \*que todo abrigo deverá desenvolver ainda um conjunto articulado de ações voltadas à inclusão e participação de crianças e adolescentes e suas famílias em uma rede de proteção:

- I - garantindo a intersetorialidade e a interdisciplinaridade entre os programas de saúde, educação, arte, cultura e lazer, habitação e assistência social;

**1.1.2.** O repasse de recursos, objeto desse convênio, deverá ser aplicado pela ENTIDADE executora, para o desenvolvimento do trabalho conforme dispões a LDBN nº 9.394/96, arts. 70 e 71 e a Lei Municipal 10.869 de 29/06/01 e a Lei Municipal 11.279 de 19/06/02, regulamentadas pelo Decreto Municipal 13.673 de 26/07/01, alterada pela Lei Municipal 13.642 de 24/07/09, vedada a aquisição de bens permanentes e também as despesas discriminadas no item 1.2 a diante:

**1.2. É VEDADA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA DESPESAS COMO:**

### **1 – PESSOAL**

Pagamento de profissionais da área administrativa e da área de apoio, **exceto** assistente administrativo, servente, guarda, cozinheira.

### **1.2.2 - ENCARGOS E/OU BENEFÍCIOS TRABALHISTAS**

- a) PIS;
- b) Contribuições a Entidades de Classe;
- c) Insalubridade.

### **3 - CONSUMO**

- a) Aquisição de gêneros alimentícios, incluindo guloseimas, lanches, refeições e contratação de serviço de Buffet;
- b) Calculadora de bolso;
- c) Aquisição de brinquedos ou jogos em desacordo com o objetivo do Projeto Sócio Pedagógico de atendimento às crianças e adolescentes, assim como à sua faixa etária;
- d) Materiais de escritório para uso na área administrativa da ENTIDADE;
- e) Materiais próprios para criadouro e alimentação de animais de qualquer espécie;
- f) Itens característicos para decoração de ambientes e recintos da ENTIDADE;
- g) Despesa de qualquer espécie que caracterize, auxílio assistencial, individual ou coletivo;
- h) Multa de qualquer espécie, incluindo aquelas por atraso de pagamento dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
- i) Transferência de recursos financeiros, a qualquer título, a terceiros;
- j) Aquisição de ferramentas e materiais de artesanato de qualquer espécie;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

- k) Aquisição de bens permanentes, tais como: mesa, cadeira, carteiras, armários, quadro de avisos, quadro branco, equipamentos audiovisuais, estabilizador, equipamentos de cozinha, eletrodomésticos, playground, gangorras, caixas/piscinas de areia, brinquedos e outros bens de material resistente.

### 4 - SERVIÇOS E OUTROS

- a) Infra-estrutura como construções, ampliações e reformas de prédios ou salas, assim como aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos;
- b) Pagamento de juros, taxas e tarifas de qualquer natureza (exceto as bancárias);
- c) Aquisição de medalhas, prêmios, flores, presentes e outros itens que se constituam em benefício individual;
- d) Aquisição ou confecção de uniformes, camisetas e vestuário em geral que se constituam em benefício individual;
- e) Aquisição ou confecção de impressos em geral;
- f) Pagamento de gás de cozinha, de materiais e serviços de manutenção de veículos, de combustíveis, de transporte para desenvolver ações administrativas ou pedagógicas, serviço de táxi, pedágio e estacionamento;
- g) Pagamento de água, luz, telefone e aluguéis;
- h) Plastificação, encadernação e serviços contábeis sejam estes prestados por contador ou por escritório de contabilidade;
- i) Pagamento, de qualquer título, a servidores da Administração Pública, Estadual e Municipal;
- j) Pagamento, a qualquer título aos membros da direção da ENTIDADE e a pessoas que possuam grau de parentesco com membros da diretoria da ENTIDADE, sejam estes contratados ou prestadores de serviço autônomo;
- k) Contratação de empresa de propriedade de membros da diretoria da ENTIDADE ou ainda, de propriedade de pessoas que possuam grau de parentesco com estes.

### SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. Os recursos financeiros repassados à entidade poderão ser utilizados para as despesas relacionadas a seguir:

#### 2.1.1 – PESSOAL

Pagamento de profissionais da educação, habilitados para dar atendimento as crianças e adolescentes, a saber: professor, orientador pedagógico, diretor pedagógico, pedagogo, monitor, servente, guarda, cozinheira, auxiliar de cozinha, assistente administrativo, psicopedagogo e psicólogo, desde que atuem efetivamente no atendimento e acompanhamento das crianças e





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

adolescentes nas dificuldades apresentadas durante o abrigo.

### 2.1.2 – ENCARGOS E OU BENEFÍCIOS TRABALHISTAS

Pagamentos devidamente comprovados através de documentos fiscais, de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e benefícios relacionados a seguir:

- a) 13º salário, férias, 1/3 de férias, descanso semanal remunerado, aviso prévio, rescisão contratual no que se refere a salários e férias devidos;
- b) IRRF, INSS e FGTS;
- c) Hora-extra;
- d) Adicional por tempo de serviço, biênio, anuênio;
- e) Vale transporte.
- f) Auxílio creche.
- g) Seguro de Vida em Grupo;
- h) Cesta Básica
- i) Vale Alimentação

Os Benefícios mencionados no subitem 2- Encargos e Benefícios Trabalhistas. Letras f – g – h – i, somente serão aceitos desde que estejam contemplados na convenção coletiva do sindicato no qual a Entidade seja devidamente filiada.

### 2.1.3 – CONSUMO

Aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da ENTIDADE, tais como:

- a) Material de higiene e limpeza, material de papelaria/escritório destinado às crianças e adolescentes, filmes para máquina fotográfica, cartucho/fitas para impressora e toner para máquina copiadora;
- b) Materiais pedagógicos tais como: discos, CDs, CD-ROM's, DVDs, fitas de vídeo, filmes, livros, bonecos didáticos, fantasias e outros materiais pedagógicos destinados às crianças e adolescentes;
- c) Aquisição de brinquedos e jogos educativos adequados à faixa etária, EXCETO aqueles considerados PERMANENTES;
- d) Material esportivo e coletes para jogos voltados à área de educação física, para uso coletivo das crianças e adolescentes, EXCETO aqueles considerados PERMANENTES;
- e) Aquisição de espelhos de qualquer tamanho, com ou sem moldura;
- f) Aquisição de tecidos para confecção de material pedagógico, de fantasias, de cortinas para sala de aula, de toalhas para recinto dos alunos e para mesas de refeitório e outros que se destinem ao bem estar das crianças e adolescentes;
- g) Aquisição de tapetes, colchões, colchonetes, lençóis, edredom, cobertor, toalhas de rosto, toalhas de banho, panos de copa, toalhas de mesa, cortinas, capas para colchão e colchonete



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

destinado às crianças e adolescentes.

### 2.1.4 - TARIFAS E SERVIÇOS

Pagamento de tarifas e serviços necessários ao funcionamento da entidade, tais como:

- a) Serviços de fotocópias, de correios e de revelação de fotografias;
- b) Assinatura de revista que sirvam de subsídio para a área pedagógica;
- c) Manutenção de máquina de lavar, secar, fogão, geladeira, freezer, coifa e recarga de extintores;
- d) Manutenção de equipamentos de caráter pedagógico que sirvam diretamente às crianças e adolescentes como: gravador, televisão, som, vídeo cassete, DVD, mimeógrafo, máquina copiadora, computador, impressora, playground e mobiliários de uso das crianças e adolescentes;
- e) Participação em cursos, seminários e congressos de curta duração (30 horas) destinados aos profissionais de educação, cujos conteúdos correspondam ao aprofundamento do projeto pedagógico da ENTIDADE ou à implantação de novos programas curriculares, com a devida comprovação de participação;
- f) Realização de cursos destinados aos profissionais da educação da SME, das entidades de Educação Infantil conveniadas, Educação Especial conveniadas à SME, Naves Mães e FUMEC, elaborados e organizados conjuntamente com a Assessoria de Educação e Cidadania.
- g) Passeios vinculados às atividades educativas (exclusivamente despesa com transporte de crianças e adolescentes, devidamente regularizado e efetuado por empresa habilitada) e ingressos;
- h) Aquisição de brinquedos educativos confeccionados artesanalmente, EXCETO aqueles com características de bem PERMANENTE.

2.1.5. Conforme a Constituição Federal e a LDBN em seus artigos nº 58, 59 e 60, instituições especializadas são aquelas com atuação exclusiva em educação especial "para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público", não substituindo o direito à educação oferecida em classe comum do ensino regular de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente – Lei 8.069/90, a Entidade deverá desenvolver suas ações em conformidade com o estabelecido no Projeto Pedagógico apresentado e cujas metas passam a ser parte integrante deste Termo de Convênio.

### TERCEIRA - DO VALOR DOS RECURSOS

3.1. Para a concretização dos objetivos do presente convênio, a SME (Secretaria Municipal de Educação), fará o repasse trimestral, sendo o primeiro no início da vigência e os demais no quinto dia útil do mês subsequente a cada trimestre de referência, dos recursos financeiros oriundos da dotação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

orçamentária correspondente ao exercício do ano de 2012, cujo montante será calculado pelo trabalho realizado, no paradigma da educação inclusiva levando em consideração os seguintes critérios:

### 3.1.1. Critérios:

Com a inclusão das crianças e adolescentes abrigados na rede regular de ensino, levando em conta:

- a) O trabalho da entidade em relação a apoio a escola regular, com ações de co-educação acompanhando a vida escolar da criança e adolescente e se necessário garantir o encaminhamento dos mesmos para atendimentos especializados;
- b) Garantia da continuidade escolar;
- c) Promoção da integração através do pedagogo, entre escola e abrigo fortalecendo as relações (visitas, reuniões periódicas, participação efetiva, momentos formativos e informativos);
- d) Esclarecimento as famílias dos direitos das pessoas com e sem deficiência nos serviços oferecidos na rede de atendimento, nas áreas da educação, saúde, transporte entre outros.
- e) Deverão manter uma equipe de profissionais que garantam a qualidade do atendimento de acordo com os princípios definidos no Art. 92 do ECA;
- f) Através do pedagogo, garantir o acompanhamento e a formação dos recursos humanos, buscando mecanismos que viabilizem a participação de todos;
- g) Coordenação pedagógica realizada por profissional habilitado na área da educação;
- h) Promoção de cursos de educação continuada para capacitação de toda sua equipe de trabalho, estendendo-os aos seus dirigentes;
- i) Uso adequado dos recursos tecnológicos de mídia e multimídia respeitando-se as faixas etárias.

3.1.2. O Plano de Aplicação de Recursos – Anual, parte integrante do Termo de Convênio, foi elaborado e apresentado pela Entidade, com despesas regulamentadas conforme Cláusula Segunda.

3.1.3. Os recursos transferidos pela SME (Secretaria Municipal de Educação), à ENTIDADE, em função deste Termo de Convênio serão depositados em contas exclusivas no Banco do Brasil, para movimentação dos recursos destinados a execução do objeto deste Termo, não podendo recursos de outras fontes comporem esta movimentação bancária.

3.1.4. A secretaria Municipal de Educação através da Assessoria de Educação e Cidadania levando em consideração a especificidade da Entidade procederá à supervisão e a avaliação contínua da qualidade do atendimento.

3.1.5. A ENTIDADE receberá o montante de **R\$ 112.343,31** (Cento e doze mil trezentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos) em parcelas trimestrais.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.1.6. Durante o prazo de vigência do termo de convênio, eventual saldo de recursos poderá ser acumulado à parcela subsequente para execução do objeto.

### QUARTA - OBRIGAÇÕES SME

#### 4.1. Compete a SME:

- a) Organizar a rede de atendimento educacional prestado pela Entidade e pelo serviço Público;
- b) Proceder, por intermédio da Assessoria de Educação e Cidadania - Departamento Pedagógico da SME, o acompanhamento e avaliação do atendimento realizado pela Entidade na Visão Inclusiva e co-educação;
- c) Transferir à ENTIDADE, nos valores e datas estipulados, os recursos de que trata a Cláusula Terceira, desde que devidamente comprovada a aplicação dos respectivos recursos no atendimento realizado pela ENTIDADE;
- d) Rever, alterar, suspender temporariamente ou cancelar o repasse de recursos nos casos em que a ENTIDADE não apresentar a prestação de contas, tiver a prestação de contas rejeitada, utilizar os recursos em desacordo com os critérios estabelecidos ou ainda, descumprir o previsto no Projeto Pedagógico;
- e) Receber e analisar as prestações de contas, por intermédio do Departamento Financeiro, apresentadas mensalmente pela ENTIDADE;
- f) Fiscalizar a utilização dos recursos, observando as cláusulas deste Termo de Convênio e as metas previstas Proposta Pedagógica apresentado em consonância com a Política Pública de Educação Especial da SME (Secretaria Municipal de Educação) e diretrizes para o Projeto Pedagógico em Abrigos do CMDCA;
- g) Elaborar relatório governamental sobre a execução do objeto do convênio contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- h) Emitir parecer conclusivo elaborado nos termos do artigo 370 da Instrução Normativa nº 02/08 das disposições Finais do Tribunal de Contas.

### QUINTA - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

#### 5.1. Compete à ENTIDADE:

- a) Executar o programa de educação especial nos termos da Cláusula primeira e segunda de acordo com a legislação de regência;
- b) Convergir esforços e utilizar recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprir a Proposta Pedagógica;
- c) Matricular as crianças e adolescentes na rede regular e acompanhar



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

- seu rendimento e frequência;
- d) Apresentar mensalmente à Assessoria de Educação e Cidadania o controle dos atendimentos realizados com as crianças e adolescentes. O controle será feito de janeiro a dezembro do corrente ano;
  - e) Prestar a SME (Secretaria Municipal de Educação), todas as informações referentes a avaliação da execução do objeto do presente Termo de Convênio;
  - f) Aplicar, integralmente, os recursos transferidos pela SME (Secretaria Municipal de Educação), no atendimento objeto do presente Termo de Convênio, observando a destinação especificada na Cláusula Terceira;
  - g) Enviar a SME (Secretaria Municipal de Educação), até o décimo dia útil de cada mês a prestação de contas dos recursos recebidos;
  - h) Regularizar as pendências apontadas pelo Departamento Financeiro e pelo Departamento Pedagógico no prazo de 10 (dez) dias;
  - i) Submeter-se à penalidade de retenção, alteração ou suspensão das parcelas subsequentes até sua regularização, quando constatadas quaisquer irregularidades;
  - j) Obrigar-se a devolver o saldo à municipalidade, na finalização deste termo de convênio em caso de não utilização da totalidade dos recursos ou de utilização indevida;
  - k) Utilizar os eventuais rendimentos de aplicação financeira no atendimento do objeto do referido termo de convênio ou devolvê-los à municipalidade;
  - l) Apresentar, ao final da vigência do convênio, juntamente com a prestação de contas do último desembolso, um relatório geral das atividades;
  - m) Recrutar e manter profissionais com grau de instrução compatível com a função desempenhada, necessária a execução ao desenvolvimento do trabalho proposto pela entidade, com habilitação mínima exigida pela LDBN no caso dos pedagogos de educação especial e técnicos;
  - n) Elaborar e executar a Proposta Pedagógica, respeitando as diretrizes legais e orientações da SME;
  - o) Enviar a SME (Secretaria Municipal de Educação), por meio da Assessoria de Educação e Cidadania, na vigência do presente, o relatório do trabalho desenvolvido junto às crianças e adolescentes no processo inclusivo sempre que solicitado;
  - p) Informar as famílias dos direitos constitucionais que rezam em favor de seus filhos ou tutelados com ou sem deficiência, na questão escolar de direito da criança, e da responsabilidade da família em cumprir esta determinação;
  - q) Justificar quando não houver encaminhamento para matrículas novas ou rematrículas de crianças e adolescentes à rede regular de ensino, em função da falta de vagas ou outro motivo relevante;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

- r) Assegurar atendimento qualificado correspondente à modalidade proposta para o seu público alvo, por meio de projeto pedagógico que venha ao encontro das necessidades dos usuários, bem como das crianças e adolescentes, conforme estabelecido na Lei nº 9.394/96 (LDBN), Lei nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente, na resolução 006/01 do CMDCA;
- s) Garantir a manutenção dos vínculos da equipe da ENTIDADE junto aos familiares, nas decisões referentes ao trabalho realizado com seus filhos e ou tutelados, na qualidade do trabalho a ser realizado;
- t) Assegurar a presença de um Pedagogo a fim de que oriente a equipe de trabalho, planejando projetos e programas pedagógicos, proporcionando desenvolvimento integral à criança e adolescente de acordo com cada faixa etária;
- u) A elaboração da proposta de trabalho deve resultar de um processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, funcionários, famílias sempre que possível, de acordo com a Política Nacional da Educação e ECA;
- v) Garantir a participação de todos os integrantes da ENTIDADE nas decisões referentes à aplicação dos recursos recebidos, bem como na execução do projeto pedagógico apresentado;
- w) Informar à comunidade local a existência do convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas, através de meios de comunicação visual permanente e de grande visibilidade;

### SEXTA – DA COMUNICAÇÃO

6.1. A ENTIDADE comunicará, por escrito e imediatamente, à Secretaria Municipal de Educação, todo e qualquer fato que considerar relevante e que venha, ou possa vir, a interferir no presente Termo de Convênio.

### SÉTIMA - DO PRAZO

7.1. O presente convênio vigorará de 01/02/2012 até 31/01/2013, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos.

7.1.1. O presente convênio poderá ser denunciado por acordo entre os partícipes ou, unilateralmente, no caso de infração de qualquer de suas cláusulas. A denúncia operará os efeitos trinta dias após a notificação extrajudicial, que poderá ser encaminhada por correspondência com aviso de recebimento, mediante recibo ou por qualquer meio que comprove o inequívoco recebimento da notificação pela ENTIDADE.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

### OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A **ENTIDADE** deverá apresentar a prestação de contas **mensalmente**, até o décimo dia útil de cada mês, composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento dirigido ao Prefeito Municipal;
- b) Demonstrativo de execução físico-financeira dos recursos repassados, conforme modelo a ser fornecido pela SME;
- c) Cópia do extrato bancário da conta corrente específica para movimentação dos recursos e cópia de extrato de aplicação financeira, caso tenha ocorrido;
- d) Documentos originais, e suas respectivas cópias, das despesas discriminadas no demonstrativo de execução físico-financeira;
- e) Justificativa formal para esclarecimento de eventuais situações contrárias ao exposto neste Termo de Convênio que venham a ocorrer e possam gerar dúvidas na análise das contas;
- f) Conciliação Bancária;
- g) Comprovante de depósito para a SME de eventual saldo não utilizado quando do encerramento do prazo de execução do Termo de Convênio, em conta bancária específica a ser indicada pela SME;
- h) Comprovante de recolhimento de encargos sociais e trabalhistas dos funcionários e colaboradores da folha de pagamento com o pessoal autorizado.

8.1.1. A Conveniada deverá apresentar relatório anual sobre as atividades desenvolvidas com os recursos próprios e as verbas públicas repassadas.

### NONA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

9.1. Compete a **ENTIDADE E A SME**:

- a) A SME fará o acompanhamento e gerenciamento contínuo deste Convênio, através dos servidores dos departamentos Financeiro e Pedagógico. O Departamento Financeiro através de sua Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios e o Departamento Pedagógico através da Assessoria de Educação e Cidadania, com servidores indicados pelo Secretário Municipal de Educação.
- b) A Entidade Fará o acompanhamento e gerenciamento contínuo deste convênio, através dos responsáveis pelas áreas, Financeira e Pedagógica, indicados pelas entidades em declaração formalmente entregue à SME e presentes nos outros do processo.
- c) No caso de alteração dos responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento contínuo deste Convênio, as partes se obrigam a comunicarem entre si, bem como documentarem a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

deste Convênio, as partes se obrigam a comunicarem entre si, bem como documentarem a referida alteração no protocolado correspondente.

### DÉCIMA – DO REPASSE

10.1. O repasse dos recursos será suspenso temporariamente ou cancelado nos casos em que a ENTIDADE não apresentar a prestação de contas no prazo determinado, tiver a prestação de contas rejeitada, utilizar os recursos em desacordo com os critérios estabelecidos ou descumprir o previsto no Projeto Pedagógico apresentado.

### DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas para dirimir qualquer dúvida ou questão oriunda deste convênio, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente em 03(três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 01 de Fevereiro de 2012.

  
**PEDRO SERAFIM**

Prefeito Municipal

  
**ANTONIO CARIA NETO**

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

  
**EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO**

Secretário Municipal de Educação

  
**ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ – “GUARDINHA”- (CONVIVIO APARECIDA)**

Presidente: Maria Helena Novaes Rodriguez

RG: 3.457.758-0

CPF: 395.722.348-20